



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 28-03-2023.

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às dez horas e sete minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, e Psicóloga Tanise Sabino. Também participaram do encontro o vereador Gilson Padeiro e o deputado estadual Leonel Radde. Em prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a vereadora Mônica Leal se encontrava Representação Externa, para participar de ação social voltada ao atendimento da comunidade e ao enfrentamento da violência interseccional de gênero, em alusão ao Mês da Mulher, realizada nesta data na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre, conforme SEI nº 017.00036/2023-81, apregoado em Plenário. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata nº 05/23 (Ordinária) e a Ata nº 06/23 (Declaratória), tendo sido dispensada a leitura das mesmas. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 381/22 (Processo nº 0758/22); à vereadora Psicóloga Tanise Sabino, o Projeto de Lei do Legislativo nº 398/21 (Processo nº 0951/21); à vereadora Mônica Leal, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/21 (Processo nº 0309/21); e, à vereadora Mônica Leal, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 312/21 (Processo nº 0757/21). Acrescenta-se, ainda, que foram LIDOS, DISCUTIDOS E APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte de março do corrente, os seguintes Pareceres: nº 011/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 318/21 – Processo nº 0775/21), de autoria do vereador Aldacir Oliboni. E, no dia vinte e um de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 012/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 419/21 – Processo nº 0995/21), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. E, no dia vinte e oito de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 013/23 (Indicação nº 014/23 – Processo nº 0176/23), de autoria do vereador José Freitas. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Saúde Animal, castração, Leishmaniose e contratos terceirizados”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Vanessa Garcia, sócia administradora da ViviVet Clínica Veterinária; Patrícia Martins, responsável pasta da causa animal; Dagoberto Bonfilho Beltrame, representante do gabinete do Prefeito; André Flores, chefe do gabinete do Prefeito Municipal de Porto Alegre; Alex Elias Lamas, gerente da vigilância ambiental em saúde municipal; Tiago Reis Conceição, CEO da Organização Não Governamental (ONG) Virtual Leish; Marina Junges, consultora da empresa Ourofino Saúde Animal; Rosmari Piovesana, protetora cadastrada na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA); Daura Jardim, médica veterinária da rede de saúde de Porto Alegre; Nilsa Maria Henrique Garin, protetora voluntária; Fernanda Leite Weizenmann, protetora voluntária; Lúcia Helena da Luz, presidente da ONG Cão da Guarda; Neila Cristina Matilde Falci, protetora animal cadastrada na PMPA; Graciela Naibert Giurni, médica veterinária da causa animal; Carmen Josiane de Moura Gravins, agente educadora; Roberto Jakubaszko, ambientalista e membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, destacou que esta pauta tem o objetivo de debater as dificuldades para realização do trabalho por parte das cuidadoras de animais; comentou sobre decreto municipal que institui o Banco de Ração de Alimentos destinado às situações

vulneráveis; destacou a ampliação dos atendimentos e descentralização dos serviços disponibilizados pelo Executivo Municipal; apoiou a demanda por ampliação do quadro de recursos humanos; aquisição de automóvel para as atividades do Gabinete da Causa Animal e lembrou da importância das emendas impositivas para reforçar o orçamento e qualificar o atendimento em todo o Município. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni informou ter sido procurado por representantes da Clínica ViviVet para tratar das demandas de políticas públicas da causa animal junto ao Governo Municipal; considerou que as emendas impositivas dão suporte, mas não resolvem o problema orçamentário, o qual deve ser redimensionado para atender as demandas existentes e destacou que a presente reunião é o fórum adequado ao amplo debate sobre o assunto. Defendeu, ainda, o cadastramento dos cuidadores junto ao Executivo Municipal; a descentralização da política de atendimento e maior oferta de serviços, bem como a concessão de transporte gratuito aos protetores que atuam nas áreas mais distantes do Município. Por fim, enfatizou que, se o Executivo ampliar os recursos da causa animal para apenas zero vírgula vinte e cinco do orçamento, a pasta passará a contar com o montante de trinta milhões anuais para qualificar a sua atuação. Sugeriu, ainda, o agendamento de visita da Cosmam, juntamente com os participantes do presente encontro na Unidade de Saúde Vitória (USAV) no intervalo de até sessenta dias a contar dessa reunião, com o objetivo de fiscalizar as atividades de gestão da nova empresa que assumirá em abril, bem como verificar as condições de atendimento do local. A vereadora Lourdes Sprenger destacou as ações promovidas pelo Gabinete da Causa Animal e enfatizou a realização de oitenta mil castrações disponibilizadas pelo Executivo Municipal. Após, lembrou que a Leishmaniose é um problema da ordem ambiental, em que o vetor da doença ocorre por mosquito contaminado; comentou sobre as nove clínicas interessadas em convênios para a prestação de atendimento das populações próximas às suas respectivas áreas de atuação e lembrou da dificuldade para contemplar toda a demanda reprimida da Cidade, em função do legado histórico existente. Por fim, também defendeu a ampliação de emendas parlamentares; endossou o uso de coleiras e comentou sobre outros assuntos técnicos, defendendo, ainda, maior destinação orçamentária por parte do Governo Federal. A vereadora Cláudia Araújo considerou que a presente pauta foi composta por demandas apresentadas pelo vereador Aldacir Oliboni para analisar os contratos terceirizados e pela vereadora Lourdes Sprenger que sugeriu debate sobre a saúde animal. Por fim, solicitou especial atenção à situação das cuidadoras e protetoras que necessitam de auxílio para castrar seus próprios animais, destacando também acompanhar e valorizar a presente pauta, tendo em vista que os animais de estimação, com o passar do tempo, acabam se tornando similares aos filhos que necessitam de proteção e acolhimento constantes. A senhora Vanessa Garcia considerou como apartidária e sem bandeira ideológica a pauta da causa animal, descrevendo, também, o histórico de credenciamento das clínicas veterinárias e os serviços de castração efetuados pelas voluntárias ao longo dos anos. Após, lembrou que são consideradas acumuladoras as pessoas que possuem mais de dez animais; relatou as experiências sobre as dificuldades de manutenção e cuidado de animais encarcerados que se encontram em péssimas condições de saúde e destacou que o trabalho coletivo das voluntárias proporcionou aproximação entre as protetoras e facilitou a compilação das dificuldades comuns nessa área de atuação. Por fim, destacou a difícil situação de abandono e restrições das atividades de castração promovidas nos bairros do extremo sul, acrescentando, também, que a realidade do local referente aos números apresentados pelo Executivo Municipal é bem diferente da realidade local, acrescentando, ainda, a dificuldade para obtenção de alimentos aos animais em situação de fome e abandono. A senhora Patrícia Martins destacou as ações e projetos oferecidos pelo Executivo Municipal; comentou sobre o grau de importância do assunto para a Administração, onde a Causa Animal está diretamente vinculada ao gabinete do senhor Prefeito; lembrou do excesso de animais em posse dos tutores e o aumento gradativo de castrações disponibilizadas pela Prefeitura no decorrer dos últimos anos. Após, informou o término do contrato de gestão da Pet Clivepa Clínica Veterinária na USAV e o início do novo contrato a partir de abril com a empresa Clínica Veterinária; comentou sobre o excesso de animais nas ilhas e as ações de castrações que serão promovidas no local a partir do próximo mês, respondendo, também, às diversas indagações técnicas apresentadas pelo público presente ao encontro. Por fim, comentou sobre a importância da intermediação da Cosmam nos debates desta área de atuação; ressaltou a necessidade de ampliação do quadro de funcionários e a aquisição de veículo apropriado para a busca ativa de animais, sugerindo, também, que as próprias cuidadoras apresentem suas demandas através de projetos para posterior estudo de viabilidade através do poder público Municipal. O senhor Dagoberto Bonfílio Beltrame apresentou as informações financeiras e destacou o

orçamento anual de seis milhões e quinhentos reais destinadas à pasta do cuidado à saúde animal; ressaltou a inexistência de orçamento vinculado próprio e destacou a proposta de elevação de zero vírgula vinte e cinco por cento do orçamento municipal para a ampliação dos serviços da pasta. O senhor Tiago Reis Conceição efetuou apresentação através de slides com informações técnicas sobre a Leishmaniose e Epiopatogenia, alertando, ainda, que inseto denominado Flebotomo atua como agente transmissor do parasita da doença e já foi detectado no bairro Petrópolis, que é um local bem distante das matas nativas do Município. Após, destacou que a cidade de Porto Alegre é considerada região de zona endêmica da doença e acrescentou que o grau de transmissibilidade é variável em conformidade com as características do vetor. Por fim, destacou que a eutanásia animal para os casos positivos não traz melhorias efetivas à saúde humana e apresentou outras explicações técnicas sobre o assunto. A senhora Rosmari Piovesana indagou ao Executivo Municipal a eventual prestação de apoio ao serviço de castrações promovidos pelas voluntárias nas ilhas da Capital; reclamou da dificuldade de aproximação com o Gabinete da Causa Animal que demonstra querer atuar sozinho nas demandas e destacou a importância da ação das protetoras que se deslocam aos locais de difícil acesso na cidade em socorro dos animais enfermos sem receber auxílio por parte da Administração. Por fim, solicitou a ampliação do número de consultas na rede veterinária pública e conveniada, maior oferta de exames básicos e redução da burocracia para a realização de cirurgias nas unidades de atendimento. Destacou, ainda, que a falta de auxílio adequado no pós operatório faz com que, em diversas ocasiões, os animais retornem agonizando aos lares mais distantes e carentes; ressaltou a importância da gratuidade das passagens para deslocamento até a USAV por estar localizada em bairro distante e alertou para a inexistência de ações públicas efetivas ao contingenciamento da epidemia de Esporotricose humana disseminada através de gatos contaminados. E, a senhora Fernanda Leite Weizenmann considerou que o Gabinete da Causa Animal se diz aberto ao diálogo, mas não promove andamento e nem coloca em prática as pautas e demandas apresentadas pelas protetoras; alertou para a necessidade de maior disponibilização de serviços e medicações pelo serviço público na fase do pós operatório, além de reiterar a necessidade da concessão de gratuidade no sistema de transporte, tendo em vista que essa despesa também é custeada por recursos próprios dos cuidadores dos animais. Por fim, ilustrou já ter destinado mais de cinco mil reais ao processo de castração de aproximadamente duzentos animais em bairros humildes da periferia e reiterou demanda por melhores das condições de atuação nesse importante serviço voluntário em prol da saúde pública da Capital. Enfatiza-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e a Psicóloga Tanise Sabino. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou o seguinte ENCAMINHAMENTO: agendar no intervalo de trinta a sessenta dias, uma nova visita na sede da USAV na Lomba do Pinheiro, com convite extensivo a todos os protetores e representantes de clínicas presentes nesta reunião, visando dar prosseguimento ao presente debate e tomar ciência das ações realizadas pela nova empresa contratada para efetuar a gestão da referida unidade de saúde animal. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e dezesseis minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 04/04/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0525115** e o código CRC **F9BFDE8C**.